

BOLETIM INFORMATIVO

DCE
RURAL

UFRRJ - 5 de MAIO de 1980

Crise da Rural: Portella critica ação da reitoria

BRASÍLIA (O GLOBO) — O ministro da Educação, Eduardo Duque, manifestou ontem desagrado pela maneira como o reitor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Arthur Orlando Lopes, está atuando para resolver a crise com estudantes e professores, e lamentou que o MEC não tenha poderes para intervir na crise.

Após as declarações de seu chefe de gabinete, Hélio Ulioa Saraiva, o ministro deixou claro que, se tivesse competência legal para intervir na universidade, já o teria feito, buscando, com a intervenção, restabelecer a ordem e os trabalhos na universidade. Mas a competência de intervir é do Conselho Federal de Educação, após inquérito administrativo.

De acordo com o chefe de gabinete do MEC, a seguinte:

Quanto ao problema da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, o que tenho a dizer é que o senhor ministro não está, de maneira alguma, satisfeito com a atuação do reitor da UFRRJ.

A atuação do reitor, segundo entende o MEC, não está de maneira alguma colaborando para a manutenção da ordem interna da universidade e para a solução dos problemas que se acumulam durante várias semanas, situação essa que — entende o senhor ministro — desloca a atuação dos demais reitores das universidades brasileiras, que têm conseguido, através do diálogo e da procura de soluções, suplantarem problemas de conflito com os estudantes e professores.

Especificamente no caso da UFRRJ, tivesse o senhor ministro competência legal para intervir na universidade, ele já o teria feito, buscando, com a intervenção, restabelecer a ordem e os

trabalhos da universidade. A competência de intervir é do Conselho Federal de Educação, após inquérito administrativo.

A SITUAÇÃO

A crise na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro — que tem 4.500 alunos — começou em novembro do ano passado, com a demissão do professor Walter Motta, acusado pelo reitor de insultar os estudantes contra a administração da entidade. Professores e estudantes consideraram o ato de demissão "arbitrário", dizendo serem falsas as alegações do reitor. Diante disso, os estudantes entraram em greve, o que surtiu pouco efeito, pois o ano letivo estava praticamente encerrado. Os professores, no entanto, resolveram manifestar seu protesto, retardando a entrega à reitoria dos créditos dos alunos (resultados de provas finais). A este movimento o reitor reagiu abrindo inquéritos administrativos e convocando a Polícia Federal para ouvir os implicados. A atitude do reitor provocou mais protestos de alunos e professores que, há cerca de dois meses, estão em greve.

Logo no início da greve, uma comissão de alunos procurou o ministro Eduardo Duque, pedindo que ele se apresentasse junto ao reitor, no sentido de este restabelecer um diálogo com professores e estudantes. Ao longo dos dois últimos meses o reitor Arthur Orlando Lopes esteve várias vezes no MEC, ora conversando com o ministro, ora conversando com o secretário de Ensino Superior, Tarcísio Della Senta. Desde o início o ministro Eduardo Duque manifestou-se contrário à presença da Polícia Federal na UFRRJ, por entender que não se tratava de caso para um inquérito policial. Além disso, deixou claro que uma universidade deve ter autonomia para resolver questões internas sem recorrer a elementos estranhos.

Confronto só pode levar à desordem

BRASÍLIA (Sucursal) — O ministro Eduardo Duque Portella "não está nada satisfeito com a atuação do reitor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro", prof. Artur Orlando Lopes, e considera que "a posição de confronto só pode levar à desordem, enquanto que o caminho do diálogo leva à ordem".

A informação foi prestada, ontem, pelo chefe de Gabinete do MEC, Hélio Ulioa Saraiva, ao comentar o caso da UFRRJ, onde há cerca de dois meses a totalidade de seus 4.500 alunos se encontra paralisada em protesto contra a demissão sumária do professor Walter Motta, ato considerado ilegal pela própria assessoria jurídica do MEC.

Salientou Hélio Saraiva que se o ministro da Educação "tivesse competência legal para intervir na universidade, ele já o teria feito, buscando, com a intervenção, restabelecer a ordem e os trabalhos da universidade". Entretanto, segundo o chefe de Gabinete do MEC, somente o Conselho Federal de Educação poderá decidir uma intervenção, federal, após a realização de inquérito administrativo.

"A atuação do reitor, de intransigência no atendimento à reivindicação estudantil, de readmissão do professor — e arquivamento dos dois inquéritos, um policial e outro administrativo, abertos pela Reitoria — segundo entende o MEC, não está de maneira alguma colaborando para a manutenção da ordem interna da universidade e para a solução dos problemas que se acumulam. Essa atuação, para o ministro, desloca a atuação dos demais setores das universidades brasileiras, que têm conseguido, através do diálogo e da procura de soluções, suplantarem os problemas com estudantes e professores."

MEIOS LEGAIS

Apesar dos obstáculos legais encontrados pelo ministro Eduardo Portella para concretizar uma intervenção na universidade, sabe-se, extra-oficialmente, que seus assessores diretos estão estudando algumas fórmulas capazes de fazer com que Artur Orlando Lopes solucione os problemas da UFRRJ, provocados por ele mesmo, o mais rápido possível.

Entretanto, o MEC não pretende mais convocar o reitor a Brasília, como já fizeram numerosas vezes o ministro Eduardo Portella e o secretário de Ensino Superior, Tarcísio Della Senta. Ainda na semana passada, reuniram-se no gabinete do ministro estudantes e o reitor, quando ficou acertado o retorno do professor demitido, isso caso algum departamento manifestasse interesse. O que ocorre, porém, segundo o próprio MEC, é que o único departamento onde caberia a disciplina lecionada por Walter Motta está "de acordo com a Reitoria e não vai chamá-lo de maneira alguma".

FOLHA DES. PAULO 30 de abril de 1980

ASSEMBLEIA GERAL
14 hs — P1

LUTAR POR NOSSOS DIREITOS, UMA OBRIGAÇÃO DE TODOS

JORNAL DOS SPORTS, Quinta-feira, 1/5/1980

Rural x MEC

Os ingredientes da crise que envolvem a Universidade Rural, desde março, vão compondo uma receita indigestível, resultante do excesso de sal e pimenta com que se procurou equacionar um problema que, não fosse a intemperança e o radicalismo adotados pela reitoria, não teria alcançado a dimensão que alcançou.

A morte do estudante George Ricardo Abdala, atropelado nas proximidades do Campus, comoveu a comunidade universitária. E brotou um movimento intenso, dos mais legítimos, soprado pela violência da perda de um colega, cobrando melhor controle do trânsito e outras melhorias de que a universidade se ressente.

Após invés de se abrir um canal de diálogo produtivo, encerrando algumas das reivindicações — cuja justiça é absolutamente incontestável —, a reitoria preferiu assumir uma posição de prepotência, enquadrando um auxiliar de ensino, despedindo-o e abrindo inquérito administrativo que envolve 33 professores.

Com isso, ela se isolou da comunidade universitária, com a qual deve manter relações estreitas, ainda que marcadas pelas divergências naturais e inevitáveis que não de brotar, sempre, num autêntico clima universitário.

Veio a greve dos estudantes que já perdura por um mês e meio. Com ela, veio o apoio de um significativo grupo de professores, o qual não se sentiu intimidado pela reitoria e preferiu optar pelo apoio a uma campanha justa e pacífica, cuja resposta foi a violência de um autoritarismo fora de época.

A crise da Universidade Rural ganha contornos mais sérios, vista de uma perspectiva maior. No meio educacional, ela expressa os sentimentos de uma minoria que ainda aspira a volta de uma universidade autoritária (para não dizer arbitrária), onde a autoridade é substituída pelo autoritarismo, onde o diálogo e o entendimento dão lugar à pressão e à ameaça.

A situação da Universidade Rural coloca em xeque a própria política de abertura, patrocinada pelo Ministério da Educação e Cultura, no sentido de fazer retornar ao meio universitário, o debate livre, o diálogo permanente, as reivindicações legítimas, sem que a resposta seja a palmaria, nas suas múltiplas manifestações.

Há poucos dias, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o Ministro Eduardo Portella não deixava margens às dúvidas: "No MEC, nós estamos procurando desenvolver, com os riscos inevitáveis, com as incertezas certamente previsíveis, um esforço no sentido de conduzir um projeto democrático".

Foi dele, igualmente, a definição do MEC, como o "Ministério da Abertura", uma abertura que fica ameaçada, na sua essência, diante da posição assumida pela reitoria da Universidade Rural.

As recentes declarações do Chefe de Gabinete do Ministro Eduardo Portella, criticando, de forma direta, a atuação do reitor Arthur Orlando Lopes, colocam o impasse daquela universidade numa encruzilhada decisiva.

A partir de agora, o desdobramento da crise será um exato termômetro para se avaliar a consistência da política de abertura, patrocinada pelo MEC, e na qual parece não haver lugar para o autoritarismo que, em tempos recentes, causou muitas de nossas universidades.

Diz o Chefe de Gabinete do Ministério da Educação que o MEC não tem autoridade para intervir na Universidade Rural, sendo já o teria feito.

Há, entretanto, outros canais que podem ser facilmente acionados. O MEC poderá conseguir, se este for seu desejo, a intervenção, através do Conselho Federal de Educação, bastando para isso colocar o problema, em regime de urgência.

A reitoria da Universidade Rural, ao exagerar no sal e na pimenta, na busca de uma solução para a crise que a envolveu, poderá ser excluída do cardápio da política de abertura, ditada pelo MEC.

Aliás, essa política está em xeque. Vale indagar até quando?

Adolfo Martins

EDITORIAL

E TOMA VASELINA...

Após 47 dias de greve, vemos que o Reitor não possibilitou grandes avanços para o atendimento de nossas reivindicações. Anteriormente ele apenas não admitiu, oficialmente, a recontração do professor Walter; hoje, o Reitor já se pronuncia favoravelmente, desde que algum departamento o solicite, contudo o professor Walter leciona Cunicultura, e nos parece lógico que somente um departamento deveria pedir sua contratação, ou seja, o DPA (Departamento de Produção Animal).

Vemos também que o MEC não caracterizou nenhuma forma concreta para solucionar este impasse, tomando apenas posição (extra-oficial) de declarar, através da imprensa, as arbitrariedades da reitoria e a justeza de nosso movimento, segundo palavras do próprio Ministro da Educação.

Mesmo achando justas nossas reivindicações, este ministério visa única e exclusivamente salvaguardar a sua política.

-----X-----

E O PAU COME NA PANELA!

Uma das grandes conquistas de nossa greve, foi acirrar a disputa que ora se trava na "Cúpula Administrativa", com vistas à sucessão do Reitor, pois o mandato do atual expira no final do ano.

Não nos passou despercebido as gargalhadas do Vice-Reitor, quando o Reitor se expôs ao ridículo na reunião com os professores, se pautando apenas na leitura de um documento entregue aos alunos.

O que se passava na cabeça do Vice-Reitor?

Que pensa o Decano de Assuntos Financeiros?

Um fato curioso foi a declaração dada pelo Vice-Reitor a um grupo de

alunos, após a reunião da reitoria com os professores, onde ele dizia que "dentro da Universidade nada faria aos professores que criticaram o Reitor, mas fora do Campus cairia de "PORRADA" com todos eles."

-----X-----

MEDIAÇÃO...

Na última Assembléia Geral de 28/04/80, decidiu-se fazer contatos com a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e outras instituições influentes no meio social brasileiro, como a Igreja, para solicitar que façam uma mediação entre os estudantes e a reitoria, para solucionar o impasse em que ora nos encontramos.

Este recurso foi utilizado pelos estudantes de Viçosa, através da OAB. Como todos nós sabemos, os estudantes da Universidade de Viçosa têm estado em greve durante o mesmo período que nós da Rural, reivindicando o congelamento das taxas aos níveis do ano passado, a retirada do conceito R do currículo e a abolição da prova final obrigatória. Através da mediação, a única posição conseguida da reitoria, foi a concessão de uma diminuição das taxas em 17% ao invés da percentagem necessária para se voltar aos níveis do ano passado. Este fato não satisfaz os estudantes que continuam em greve.

A reitoria de Viçosa, em matéria paga que saiu no JB na semana passada, procura desmobilizar os estudantes convocando-os a retomarem as aulas em 05/05/80 e reduzindo a exigência de frequência às aulas para a aprovação dos alunos, de 75% para 60%. Note-se que esta atitude pode muito bem ser tomada pela A

dministração da Rural, e quando dizemos Administração, responsabilizamos a todos, Reitor, Vice-Reitor, Procuradora Geral, Decanos, Diretores de Institutos e todos os membros de órgãos deliberativos da Universidade que vêm tomando a atitude irresponsável de omissão, e quem sabe, inspirando as medidas tomadas pelo Reitor, adiando e se negando a resolver os problemas que só trazem indignação para toda a comunidade universitária.

Neste contexto entendemos que a mediação é apenas mais um canal de diálogo com a reitoria, cabendo única e exclusivamente aos estudantes a decisão que deve ser tomada a partir desta mediação.

Caros colegas, fiquemos atentos para não deixar que mais uma vez os órgãos "competentes" nos enganem e se neguem a fazer justiça, nosso direito.

X

ATENÇÃO!...

O DCE PRECISA DE VOCÊ, VENHA ATÉ AQUI, INSCREVA-SE NAS COMISSÕES DE TRABALHO, CONTAMOS COM A SUA AJUDA PARA QUE POSSAMOS CHEGAR MAIS RÁPIDO À VITÓRIA.

-----X-----

O COMANDO GERAL DE GREVE, REUNE-SE NO DCE, E ESTÁ ABERTO À PARTICIPAÇÃO DE TODOS, COMPAREÇAM E SEJAM BEM VINDOS AO DCE.

A GRANDE IMPRENSA...

"CRISE NA RURAL: Portella critica ação da reitoria". Título do artigo publicado pelo jornal "O Globo" de 30/04/80, juntamente com outros artigos do JB, Folha de São Paulo, Tribuna da Imprensa e Última Hora (Sinopse de Sebastião Nery) mostra que o nosso movimento furou o boicote promovido pela chamada 'grande imprensa, levando ao conhecimento da população a grave crise por que atravessa a Universidade Rural e por extensão as Universidades Brasileiras. Na Rural esta crise é agravada pela incompetência e arbitrariedade demonstrada pela Administração superior (Reitor, Vice-Reitor, Procuradora Geral, Decanos e demais conselhos) desta universidade, tendo como pano de fundo uma encarniçada luta política travada nos bastidores, pelo domínio da Administração, em vista às próximas eleições (fim do ano) para a reitoria.

Este artigo publicado num dos jornais mais conservadores do país nos mostra a justeza de nossas reivindicações, assim como a força de nosso movimento. O MEC apesar de seu imobilismo devido a atual estrutura de poder, é fraco para destituir uma Administração incompetente, mas é forte para autorizar a entrada da polícia nas universidades (PUC - SP, 1977); é fraco para atender nossas reivindicações, mas é forte para implantar o ensino pago no país,

Vemos que a força do MEC é proporcional ao interesse do atual regime, que destina muita verba para a segurança nacional, não deixando recursos para a educação. Investe 30 bilhões de cruzeiros no programa Nuclear, mas não tem verba para a saúde e alimentação do povo brasileiro.

O nosso movimento é unido e pacífico, justo e consequente, e agora com a pressão exercida pela opinião pública via grande imprensa e o parecer do advogado e assessor do MEC, Dr. Álvaro Campos, favorável à volta do professor Walter e repudiando os atos arbitrários cometidos pela reitoria da Universidade Rural assim como outras medidas que estamos tomando, tais como: Mediação entre os alunos e as autoridades competentes a ser exercido pela OAB, ABI, Congresso Nacional e Igreja, vemos que a reitoria se encontra isolada e acuada, só podendo neste momento, revogar e rever os atos arbitrários pelos quais é responsável; promovendo a volta do professor Walter Motta, fim dos inquéritos policial e administrativo, e nem mais um professor demitido a não ser por justa causa.

Sentimos que a vitória está próxima, e vemos também que esta vitória é o resultado do alto grau de conscientização e capacidade de trabalho dos alunos da Universidade Rural.

Portanto vamos seguir juntos, unidos e coesos até a vitória, para que nunca mais a Administração desta Universidade volte a duvidar de nossa força e de nossa união.

Acreditamos que a atual greve na Rural, pelo seu atual grau de mobilização, inclusive sem a utilização de piquetes, demonstra uma lucidez total por parte dos alunos.

No sentido de esclarecer melhor os pais dos alunos, foi preparado um convite, pelo DCE, para os mesmos comparecerem a uma reunião em local e data a serem confirmados.

-----X-----

Conforme deliberação da Assembléia dos Estudantes da UFRRJ, realizada a 28/03/80, foi entregue à reitoria a seguinte carta:

DOS: ESTUDANTES DA UFRRJ

AO MAGNÍFICO REITOR DA UFRRJ

Magnífico Reitor,

Os alunos da UFRRJ, reunidos no dia 28 de abril de 1980, em Assembléia Geral, decidiram que novamente estarão em Assembléia Geral no dia 5 de maio, segunda-feira, esperando uma nova resposta por parte desta reitoria, e que esta atenda aos nossos anseios.

ASSEMBLÉIA GERAL DOS ESTUDANTES DA UFRRJ.

-----X-----



SUPLEMENTO EXTRA

Informamos que até o presente momento não houve nenhum comunicado, nem recebemos nenhuma documentação oficial com relação às declarações dadas pela imprensa, de que algum departamento desta Universidade houvesse solicitado a sua contratação, ou seja, a do professor Walter.

Segundo o professor NASCIMENTO, foi apenas VENTILADO que haveria uma indicação do professor Walter por parte de um departamento, não especificado, no sentido de ser solicitada a sua contratação.

Tal notícia, ao que nos parece, procura apenas contrabalançar as declarações do Assessor do Ministro da Educação, assim como, precipitar o retorno às aulas. (Vide artigo de capa)

Comunicamos ainda que toda e qualquer decisão a ser tomada em relação ao nosso movimento será deliberada exclusivamente pela Assembléia Geral dos Estudantes, hoje às 14:00 horas no Cine Gustavo Dutra (Pl).

-----X-----